DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ESCOLA MULTISSERIADA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA MODERNA

TELMA DE FÁTIMA IGLESIAS DOS SANTOS

RESUMO
Este estudo examina a situação das escolas multisseriadas no Brasil, destacando dois pontos principais. Primeiro, analisa a distribuição dessas escolas por região, considerando aspectos como número de alunos, perfil dos professores e contextos socioeconômicos. A partir desses dados, avalia-se o suporte que as políticas educacionais oferecem a essas escolas. Em seguida, o estudo explora como as escolas multisseriadas resistem às pressões do capitalismo rural e às disputas entre o agronegócio e a agricultura familiar. Enquanto forças poderosas buscam fechar essas escolas, há também movimentos pela sua manutenção, com o Movimento Nacional pela Educação do Campo desempenhando um papel crucial ao defender o direito à educação no campo e promover a agricultura familiar. O trabalho usa dados do Ministério da Educação para um estudo quantitativo e complementar com análises qualitativas para entender o cenário atual das escolas multisseriadas no Brasil.
Palavras-chaves: Escolas Multisseriadas; Educação do Campo; Políticas Educacionais Agronegócio; Agricultura Familiar

ABSTRACT
This study examines the state of multigrade schools in Brazil, focusing on two main points. First, it analyzes the distribution of these schools by region, taking into account factors such as student numbers, teacher profiles, and socio-economic contexts. Based on this data, the study assesses the support that educational policies provide to these schools. Next, the study explores how multigrade schools withstand the pressures of rural capitalism and the conflicts between agribusiness and family farming. While powerful forces seek to close these schools, there are also movements advocating for their preservation, with the National Movement for Rural Education playing a key role in defending the right to education in rural areas and promoting family farming. The research uses data from the Ministry of Education for a quantitative study and supplements it with qualitative analyses to understand the current state of multigrade schools in Brazil.

Keywords: Multigrade Schools; Rural Education; Educational Policies; Agribusiness; Family Farming.

PERSPECTIVAS E OBSTÁCULOS DAS ESCOLAS MULTISSERIADAS NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA BRASILEIRA

O estudo examina as escolas multisseriadas no Brasil, usando dados estatísticos como número de escolas, número de alunos e formação de professores para refletir sobre a relevância dessas instituições. Ele também aborda o Movimento Nacional pela Educação do Campo e suas contribuições para a valorização dessa modalidade de ensino. A partir de meados da década de 1990, o movimento promoveu um novo conceito de educação, chamado "educação do campo", que se opõe à tradicional abordagem da educação rural. Desde então, o movimento tem feito várias propostas ao governo e à sociedade para orientar as políticas de educação no campo.

Como ressaltado anteriormente, a pedagogia e a instituição escolar são pensadas por atores específicos e se desenvolveu em um contexto particular: o urbano-industrial. Quando estes modelos foram implementados em outros contextos, porém, havia grandes dificuldades de promoção de aprendizagem, uma vez que a dinâmica social e produtiva não era a mesma. Outro ponto fundamental era a grande evasão de jovens do campo para as cidades em busca de educação e melhores condições de vida. Assim, assumiu-se uma série de perguntas relacionadas a educação: qual é o papel da escola? Para quem são as escolas? A proposta de Educação do Campo surge, então, como contrapartida para o modelo tradicional de educação na tentativa de estabelecer um modelo particular de ensino para a população do campo. É através de políticas públicas, pesquisas, re-

des de ensino, dentre outros fatores, que se estabelece um vínculo maior entre os produtores rurais e as escolas, buscando uma forma de ensino-aprendizagem condizente com os valores e práticas tradicionais do campo. Enquanto anteriormente os modelos educativos eram pensados exclusivamente pelos educadores tradicionais, isto é, pessoas com formações para isso (sendo a formação algo privilegiado e inacessível), as novas propostas compreendem a importância da inclusão da população nas discussões sobre educação. Por meio do diálogo entre educadores e produtores se estabelecem diretrizes que passam a aproximar a realidade campesina da proposta escolar e seu modelo de ensino.
Um dos principais desafios enfrentados pela educação do campo é a maneira como as escolas multisseriadas são compreendidas. Apesar de seu papel fundamental na iniciação escolar das crianças rurais, elas estão sob ameaça devido às políticas de nucleação do Ministério da Educação, que incentivam a transferência de alunos para escolas urbanas por meio de programas de transporte escolar. A tentativa de extinção dessas escolas se deve a políticas que favorecem a reorganização do sistema educacional, transferindo alunos das áreas rurais para as urbanas.
O estudo apresenta dados do Censo Escolar de 2012, divulgados pelo INEP, para mostrar a distribuição de escolas multisseriadas por estado. Os estados da Bahia, Pará e Maranhão têm a maior concentração dessas escolas, especialmente para os primeiros anos do Ensino Fundamental. Santa Catarina, embora tenha adotado uma política de nucleação e incentivado o transporte escolar, ainda mantém um número significativo de escolas multisseriadas, ocupando o 21° lugar no ranking nacional.
Ao analisar a distribuição dessas escolas por macrorregiões, o Nordeste é a região com a maior porcentagem de escolas multisseriadas, com 58%, seguida pelo Norte, com 24%, Sudeste, com 11%, Sul, com 5%, e Centro-Oeste, com 2%. Esses números mostram que as escolas multisseriadas ainda são uma parte importante do sistema educacional brasileiro e precisam ser consideradas nas políticas educacionais.
Para explicar por que a região Nordeste tem a maior concentração de escolas multisseriadas, é preciso considerar vários critérios, como densidade demográfica, localização dos municípios, extensão territorial, índice de desenvolvimento humano (IDH), condições socioeconômicas e tamanho populacional. Essas características refletem a diversidade das áreas rurais brasileiras e sugerem uma leitura mais ampla das realidades do campo, como apontado por Veiga (2002), ao analisar as diferenças entre áreas rurais e urbanas com base nos critérios de classificação do IBGE3.
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um índice estatístico composto de expectativa de vida, educação (média de anos de escolaridade completados e anos esperados de escolaridade ao entrar no sistema educacional) e indicadores de renda per capita, que é usado para classificar os países em quatro níveis do desenvolvimento humano. Um país obtém um nível mais alto de IDH quando a expectativa de vida é mais alta, o nível de educação é mais alto e a renda nacional bruta per capita é mais alta. Foi desenvolvido pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq e ainda foi usado para medir o desenvolvimento de um país pelo Gabinete do Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é uma instituição essencial no Brasil, responsável por fornecer dados e estatísticas fundamentais para a formulação de políticas públicas, tomadas de decisões estratégicas, pesquisas acadêmicas e para o entendimento da sociedade brasileira. Desde sua fundação em 1936, o IBGE tem uma missão que abrange áreas como geografia, estatística, cartografia, demografia, economia e sociologia, desempenhando um papel central na coleta, análise e divulgação de informações sobre o país. Um dos principais trabalhos do IBGE são os censos demográfico e agropecuário. O Censo Demográfico, realizado a cada dez anos, busca contar a população brasileira e obter informações detalhadas sobre idade, gênero, renda, educação, migração e habitação. Esses dados são fundamentais para o planejamento governamental e para o desenvolvimento de

políticas públicas, bem como para empresas e acadêmicos. Já o Censo Agropecuário, também realizado a cada dez anos, fornece um panorama detalhado da produção agrícola e pecuária, setores cruciais para a economia do Brasil. Além dos censos, o IBGE realiza pesquisas amostrais periódicas que permitem monitorar diversos aspectos da sociedade. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) coleta dados sobre emprego, renda, educação e habitação, enquanto a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) acompanha a situação do emprego e do desemprego nas principais regiões metropolitanas do país. Outras pesquisas, como a Pesquisa Industrial Mensal (PIM) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fornecem indicadores sobre a produção industrial e a inflação, respectivamente. Outro papel importante do IBGE é a produção de mapas e a definição de padrões geográficos. O instituto mantém e atualiza a base cartográfica do Brasil, sendo responsável por estabelecer limites territoriais, criar mapas urbanos e rurais e conduzir estudos geológicos e climáticos. Com isso, o IBGE contribui para a compreensão do território nacional e para o planejamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento urbano. A transparência e a divulgação de informações são características fundamentais do IBGE. A instituição disponibiliza seus dados por meio de publicações impressas, plataformas online e eventos públicos, garantindo acesso a todos os segmentos da sociedade. A amplitude das informações fornecidas pelo IBGE é crucial para a tomada de decisões por governos, empresas e pesquisadores. Em suma, o IBGE é uma instituição indispensável para o Brasil, pois seus dados confiáveis e abrangentes orientam ações e políticas públicas em todos os níveis. Com sua ampla gama de atividades, o IBGE desempenha um papel crucial no progresso e no desenvolvimento do país.
Ao comparar as regiões com maior e menor concentração de escolas multisseriadas, levando em conta apenas sua extensão territorial, observamos que a Região Centro-Oeste e a Região Nordeste possuem áreas geográficas similares. No entanto, as relações capitalistas de exploração da terra, combinadas com o crescimento do agronegócio, concentração fundiária, pecuária extensiva e agricultura altamente mecanizada, resultaram na concentração da maioria da população em grandes centros urbanos. Na Região Nordeste, porém, essas forças tiveram um impacto menor, em parte por conta de suas características físicas e socioeconômicas, que favoreceram a presença de pequenas e médias propriedades rurais.
As escolas multisseriadas têm sido historicamente consideradas instituições de pequeno porte, com condições de funcionamento precárias em comparação com escolas urbanas. No entanto, elas cumprem um papel vital na oferta de educação no campo, onde as políticas públicas têm sido insuficientes para corrigir décadas de negligência e discriminação. Segundo Lacerda e Santos (2011), a educação no campo e a educação urbana seguiram caminhos divergentes, e enquanto o campo contribui significativamente para a produção de alimentos, a educação destinada a seus habitantes deve ser de alta qualidade para garantir seus direitos constitucionais.
Ao analisar a distribuição geográfica das escolas multisseriadas, fica claro que as regiões Norte e Nordeste possuem a maior quantidade dessas escolas. No entanto, essa forma de organização escolar também é encontrada em outras regiões, indicando a necessidade de políticas pedagógicas que levem em conta as peculiaridades locais. Isso é especialmente relevante considerando que as regiões com maior número de pessoas desfavorecidas economicamente também abrigam muitos sujeitos que vivem no campo e frequentam escolas situadas em comunidades rurais.
A disputa entre agronegócio e agricultura familiar é outra questão relevante no contexto do campo. Se o agronegócio cresce, isso pode levar à diminuição da população rural e ao aumento das periferias urbanas. Mesmo com esse embate, os povos do campo buscam a escola como meio de acesso ao conhecimento e educação, reforçando a ideia de que as escolas multisseriadas desempenham um papel crucial para a identidade dessas comunidades. É necessário que as políticas públicas reconheçam essas peculiaridades regionais e apoiem uma educação

que mantenha a identidade dos habitantes do campo.

Ao examinar o contingente de alunos matriculados em escolas multisseriadas, é possível ver que os estados da Bahia, Pará e Maranhão concentram a maioria dos alunos em turmas multisseriadas. No entanto, um olhar mais atento revela que houve um aumento no número de escolas, matrículas e professores em sete estados do Nordeste e três do Norte, enquanto o número de escolas está diminuindo em outras regiões, como resultado do crescimento do agronegócio no Centro-Oeste e no Sul do país.

Esse movimento pode ser resultado de vários fatores, incluindo mudanças sociais e políticas que transformam o cenário do campo brasileiro. O agronegócio, que busca aumentar a produtividade, tende a diminuir a presença da agricultura familiar, o que, por sua vez, pode alterar os dados estatísticos tanto sobre as escolas multisseriadas quanto sobre o número de alunos que as frequentam.

Com essa dinâmica em evolução, a educação oferecida no campo deve considerar as especificidades locais para atender às necessidades dos alunos que frequentam escolas rurais. Contudo, a construção de uma escola voltada para o campo e para a população rural ainda é um processo em andamento, que requer uma abordagem pedagógica sensível às complexidades do ambiente, cultura e sociedade do campo. A escolarização e a formação de professores que compreendam essas nuances são essenciais para uma educação rural que respeite e valorize a identidade dos povos do campo.

A pesquisa enfatiza a importância de investigações educacionais que exponham a situação do campo, destacando que ele está em constante movimento e evolução. Para os habitantes rurais, uma escola de qualidade, que respeite sua cultura e seja acessível no lugar onde vivem, é essencial para preservar sua identidade e história.

Sobre a distribuição dos docentes em escolas multisseriadas, a maior parte está concentrada nos estados da Bahia, Pará e Maranhão. No entanto, ao examinar a formação escolar desses docentes, observa-se uma mudança significativa no cenário nacional, indicando uma maior presença de professores com ensino superior. Nas regiões Norte e Nordeste, a maioria dos professores tem formação até o nível médio, enquanto nas regiões Sul e Sudeste, há uma maior proporção de professores com ensino superior.

Mesmo com o crescimento no número de professores com formação superior, isso não necessariamente significa que eles estejam qualificados para as demandas específicas da Educação do Campo. Por isso, é necessário que as instituições de ensino superior ofereçam licenciaturas, especializações e formação continuada que contemplem a realidade rural. Essas ações são importantes para abordar as desigualdades educacionais que afetam o campo brasileiro.

A educação do campo se diferencia da educação nos centros urbanos4, seguindo um movimento sociocultural mais humanizado. Ela valoriza a pedagogia do ritual, do gesto e da memória coletiva, buscando a construção de matrizes humanistas para a emancipação humana. Esses elementos contrastam com a educação tradicional urbana, que muitas vezes segue uma abordagem mais formal e rígida.

Enquanto as escolas urbanas enfrentam desafios relacionados à superlotação, violência e desigualdade social, as escolas do campo enfrentam dificuldades ligadas ao isolamento, falta de recursos e dificuldade em atrair professores qualificados. No entanto, a educação do campo oferece oportunidades únicas para uma abordagem mais contextualizada e comunitária, enquanto a educação urbana pode oferecer maior acesso a recursos e diversificação de experiências. Em resumo, as diferenças entre educação urbana e do campo refletem as características distintas de cada ambiente. Ambas têm seus desafios e oportunidades, e a busca por uma educação equitativa e de qualidade deve considerar essas diferenças ao planejar políticas educacionais e estratégias de ensino.

A educação urbana e a educação do campo (ou rural) têm características distintas, que refletem os diferentes contextos em que se encontram. A diferença mais marcante está na infraestrutura e nos recursos disponíveis. Nas áreas urbanas, as escolas normalmente possuem melhor infraestrutura, com

laboratórios, bibliotecas, computadores e acesso à internet. Além disso, há mais atividades extracurriculares disponíveis para os alunos. Já nas áreas rurais, a escassez de recursos pode ser um desafio. Escolas no campo muitas vezes lutam com falta de energia elétrica estável, recursos tecnológicos limitados e poucas oportunidades para atividades extracurriculares. Outro aspecto importante é a distância e o acesso às escolas. Em áreas urbanas, os alunos geralmente têm fácil acesso às escolas devido à maior densidade populacional e a uma infraestrutura de transporte mais robusta. No campo, por outro lado, a distância entre as comunidades e as escolas pode ser significativa, o que implica longos trajetos para os alunos e, em alguns casos, desistências devido às dificuldades logísticas. A formação de professores também difere entre as áreas urbanas e rurais. Nas cidades, os professores têm mais oportunidades para formação contínua e desenvolvimento profissional, devido à proximidade com universidades e centros de treinamento. Já no campo, essa oferta é mais limitada, impactando a qualidade do ensino e a capacidade de atualização das práticas pedagógicas. No que diz respeito ao conteúdo curricular, as escolas urbanas tendem a seguir currículos padronizados e têm uma gama mais ampla de temas, refletindo a diversidade das cidades. Já nas áreas rurais, há um esforço crescente para adaptar o currículo ao contexto local, incorporando conhecimento tradicional, práticas agrícolas e a cultura da comunidade. Isso resulta em uma abordagem educacional mais flexível, com maior envolvimento da comunidade e dos pais, além de atividades que refletem a vida no campo. Ambas as configurações educacionais enfrentam desafios únicos. Nas áreas urbanas, problemas como superlotação, violência e desigualdade social podem prejudicar a qualidade do ensino. Nas áreas rurais, o isolamento, a falta de recursos e a dificuldade em atrair professores qualificados são desafios significativos. No entanto, a educação no campo também oferece oportunidades para uma abordagem mais personalizada e comunitária, enquanto a educação urbana pode proporcionar uma maior diversidade de experiências e recursos. Em resumo, a educação urbana e a educação do campo possuem suas próprias vantagens e desvantagens, e a busca por uma educação de qualidade para todos deve levar em consideração essas diferenças ao planejar políticas e estratégias de ensino. A integração entre escola e comunidade é mais forte nas áreas rurais, enquanto a infraestrutura e os recursos são mais presentes nas áreas urbanas. Ambas as realidades são importantes e requerem abordagens específicas para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação significativa e inclusiva.

Um dos objetivos do Movimento Nacional de Educação do Campo é promover a educação de qualidade para a população rural, como prevê a Constituição de 1988. O movimento tem ações como o PRONERA, que busca assegurar a alfabetização e a educação fundamental para jovens e adultos em áreas de assentamentos da reforma agrária. Essas ações também incluem a formação adequada de profissionais da educação e programas de formação técnica e profissional para jovens e adultos em diferentes áreas.

Enquanto as escolas urbanas enfrentam desafios relacionados à superlotação, violência e desigualdade social, as escolas do campo enfrentam dificuldades ligadas ao isolamento, falta de recursos e dificuldade em atrair professores qualificados. No entanto, a educação do campo oferece oportunidades únicas para uma abordagem mais contextualizada e comunitária, enquanto a educação urbana pode oferecer maior acesso a recursos e diversificação de experiências.

Em resumo, as diferenças entre educação urbana e do campo refletem as características distintas de cada ambiente. Ambas têm seus desafios e oportunidades, e a busca por uma educação equitativa e de qualidade deve considerar essas diferenças ao planejar políticas educacionais e estratégias de ensino.

A educação urbana e a educação do campo (ou rural) têm características distintas, que refletem os diferentes contextos em que se encontram. A diferença mais marcante está na infraestrutura e nos recursos disponíveis. Nas áreas urbanas, as escolas normalmente possuem melhor infraestrutura, com laboratórios, bibliotecas, computadores e acesso à

internet. Além disso, há mais atividades extracurriculares disponíveis para os alunos. Já nas áreas rurais, a escassez de recursos pode ser um desafio.

Escolas no campo muitas vezes lutam com falta de energia elétrica estável, recursos tecnológicos limitados e poucas oportunidades para atividades extracurriculares. Outro aspecto importante é a distância e o acesso às escolas. Em áreas urbanas, os alunos geralmente têm fácil acesso às escolas devido à maior densidade populacional e a uma infraestrutura de transporte mais robusta. No campo, por outro lado, a distância entre as comunidades e as escolas pode ser significativa, o que implica longos trajetos para os alunos e, em alguns casos, desistências devido às dificuldades logísticas. A formação de professores também difere entre as áreas urbanas e rurais. Nas cidades, os professores têm mais oportunidades para formação contínua e desenvolvimento profissional, devido à proximidade com universidades e centros de treinamento. Já no campo, essa oferta é mais limitada, impactando a qualidade do ensino e a capacidade de atualização das práticas pedagógicas.

No que diz respeito ao conteúdo curricular, as escolas urbanas tendem a seguir currículos padronizados e têm uma gama mais ampla de temas, refletindo a diversidade das cidades. Já nas áreas rurais, há um esforço crescente para adaptar o currículo ao contexto local, incorporando conhecimento tradicional, práticas agrícolas e a cultura da comunidade. Isso resulta em uma abordagem educacional mais flexível, com maior envolvimento da comunidade e dos pais, além de atividades que refletem a vida no campo. Ambas as configurações educacionais enfrentam desafios únicos.

Nas áreas urbanas, problemas como superlotação, violência e desigualdade social podem prejudicar a qualidade do ensino. Nas áreas rurais, o isolamento, a falta de recursos e a dificuldade em atrair professores qualificados são desafios significativos.

No entanto, a educação no campo também oferece oportunidades para uma abordagem mais personalizada e comunitária, enquanto a educação urbana pode proporcionar uma maior diversidade de experiências e recursos. Em resumo, a educação urbana e a educação do campo possuem suas próprias vantagens e desvantagens, e a busca por uma educação de qualidade para todos deve levar em consideração essas diferenças ao planejar políticas e estratégias de ensino. A integração entre escola e comunidade é mais forte nas áreas rurais, enquanto a infraestrutura e os recursos são mais presentes nas áreas urbanas. Ambas as realidades são importantes e requerem abordagens específicas para garantir que todos os alunos tenham acesso a uma educação significativa e inclusiva.

Essas iniciativas do Movimento Nacional de Educação do Campo e do PRONERA têm como objetivo abordar questões como analfabetismo, baixa escolaridade e distorção idade-série no campo, promovendo uma educação que reconheça a diversidade e a riqueza cultural dos povos do campo. Isso também se conecta com a luta por um modelo de educação que respeite as tradições e necessidades dos habitantes rurais, evitando a imposição de paradigmas urbanos que não se alinham com a realidade do campo.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) desempenha um papel fundamental na promoção da educação no campo no Brasil. Desde sua fundação na década de 1980, o MST tem sido um defensor persistente da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores rurais, mas sua atuação vai muito além da luta pela terra. A educação é um dos pilares essenciais na estratégia do movimento para promover a transformação social e a autonomia das comunidades rurais.

O MST percebe a educação como um meio para capacitar os trabalhadores rurais e suas famílias a desenvolverem suas habilidades, valores e consciência crítica. Através da educação, o movimento busca criar cidadãos conscientes, capazes de questionar estruturas opressivas e construir alternativas para um mundo mais justo e sustentável. Essa visão é refletida em suas ações, que englobam desde a criação de escolas até a formação de educadores.

Um dos principais projetos do MST no campo da educação é a criação de escolas em assentamentos e acampamentos rurais. Es-

sas escolas seguem uma proposta pedagógica alinhada aos princípios do movimento, destacando a importância da educação contextualizada, da cultura local e do trabalho cooperativo.
O currículo é voltado para as necessidades específicas da vida no campo, enfatizando aspectos como agroecologia, sustentabilidade e cooperação comunitária. Além das escolas, o MST promove programas de formação para educadores e lideranças comunitárias, conhecidos como cursos de formação em educação popular. Esses cursos são destinados a capacitar membros do movimento e simpatizantes a atuarem como educadores,
Manter o homem no campo é uma questão fundamental para o desenvolvimento sustentável e a preservação da identidade rural. Isso implica em adaptar as escolas para atender às necessidades específicas dessas comunidades, uma bandeira que o Movimento Nacional pela Educação do Campo tem levantado com persistência. A ideia de manter a população rural em sua terra natal, garantindo educação de qualidade e adaptada à realidade local, é uma discussão recorrente. Para isso, é preciso entender quem são as pessoas que compõem a população do campo, evitando generalizações e respeitando a diversidade que caracteriza esse contexto. Como apontado por Kolling, Cerioli e Caldart (2002), a pluralidade de culturas e etnias no campo exige que as políticas públicas e práticas pedagógicas reconheçam e respeitem essa multiplicidade.
Essa abordagem inclusiva e sensível à diversidade é um princípio-chave para o Movimento Nacional pela Educação do Campo, que tem defendido, ao longo de mais de uma década, uma educação que reflita a variedade e a riqueza das comunidades rurais. Uma educação que desconsidere essa pluralidade não só é inadequada, mas também pode ser prejudicial ao tecido social do campo. Para ser eficaz, a educação no campo deve reconhecer e integrar essa complexidade, garantindo que cada grupo cultural tenha seu lugar na história e na formação das políticas públicas. Assim, a luta por uma educação que reflita a diversidade do campo deve continuar, assegurando um futuro que respeite e celebre a riqueza das comunidades rurais.
Concluindo, o estudo ressalta a importância das escolas multisseriadas e do Movimento Nacional pela Educação do Campo no esforço para oferecer educação de qualidade e respeitar a identidade cultural dos habitantes rurais. Ao explorar dados estatísticos e a distribuição geográfica das escolas, a pesquisa mostra como essas instituições são parte integrante do sistema educacional brasileiro, mesmo que frequentemente enfrentem desafios decorrentes de políticas públicas que não consideram as especificidades do campo.
O Movimento Nacional pela Educação do Campo, juntamente com iniciativas como o PRONERA, têm sido cruciais para a promoção de uma abordagem educacional que reconheça a diversidade das áreas rurais. A partir da década de 1990, o movimento redefiniu a maneira como a educação do campo é concebida, enfatizando a necessidade de uma pedagogia que reflita a realidade dos trabalhadores rurais e suas comunidades. O desafio agora é garantir que as políticas públicas apoiem uma educação que atenda a essa diversidade, evitando a concentração de alunos em áreas urbanas devido às políticas de nucleação.
A importância das escolas multisseriadas vai além da simples oferta de educação. Elas representam um espaço onde a cultura local é preservada, a memória coletiva é cultivada e os valores rurais são transmitidos para as gerações futuras. No entanto, para que isso aconteça, é necessário que as instituições de ensino superior ofereçam formação especializada para os professores que atuam no campo, de modo a capacitá-los para responder às demandas únicas dessas comunidades. Além disso, as políticas públicas devem garantir recursos adequados para o funcionamento dessas escolas, evitando sua extinção.
Para enfrentar o avanço do agronegócio e as políticas de nucleação, a educação do campo deve ser fortalecida como uma ferramenta para empoderar os habitantes rurais e reforçar sua identidade. As comunidades rurais desempenham um papel vital na economia e na sustentabilidade do país, mas precisam de um sistema educacional que as

valorize e respeite sua singularidade. A resistência do Movimento Nacional pela Educação do Campo e suas alianças com outras organizações sociais demonstram a força de uma educação centrada no campo, comprometida com a justiça social e a equidade.

Com uma abordagem inclusiva e sensível à diversidade, a educação do campo pode se tornar um motor para a transformação social, fortalecendo as comunidades rurais e assegurando um futuro em que a riqueza cultural do campo seja preservada. O estudo sugere que, para alcançar esse objetivo, é essencial investir em políticas públicas que compreendam a complexidade do ambiente rural e promovam uma educação que valorize e celebre a identidade dos povos do campo. O caminho para uma educação mais justa e equitativa passa por reconhecer e respeitar essa diversidade, garantindo que a voz das comunidades rurais seja ouvida e integrada ao debate educacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a pesquisa reafirma a importância das escolas multisseriadas e das iniciativas do Movimento Nacional pela Educação do Campo para a manutenção da identidade cultural e da educação de qualidade para os habitantes rurais. Os dados apresentados mostram que essas escolas desempenham um papel fundamental na formação inicial das crianças do campo, embora enfrentem desafios decorrentes de políticas de nucleação e do crescimento do agronegócio. Para superar essas barreiras, é crucial que as políticas públicas reconheçam as especificidades do campo e desenvolvam estratégias educacionais que respeitem a diversidade e as necessidades locais.

O Movimento Nacional pela Educação do Campo tem sido uma força vital para a defesa do direito à educação nas áreas rurais. Iniciativas como o PRONERA têm ajudado a abordar questões como analfabetismo e distorção idade-série, ao mesmo tempo em que promovem programas de formação para educadores do campo. No entanto, a complexidade do ambiente rural e a diversidade cultural exigem uma abordagem mais humana e inclusiva, onde a educação do campo não apenas forneça conhecimento, mas também contribua para a preservação da cultura e da história dos povos rurais.

Portanto, é fundamental que as instituições de ensino superior ofereçam formação específica para os professores do campo, que reflita as realidades do ambiente rural. A luta por uma educação que respeite a diversidade e a complexidade do campo deve continuar, pois ela é essencial para a construção de um futuro em que as comunidades rurais possam prosperar sem perder sua identidade única. Com uma abordagem sensível às peculiaridades do campo, será possível garantir uma educação

que valorize e celebre a riqueza das comunidades rurais, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e equitativo.

Em conclusão, a pesquisa reafirma a importância das escolas multisseriadas e das iniciativas do Movimento Nacional pela Educação do Campo para a manutenção da identidade cultural e da educação de qualidade para os habitantes rurais. Os dados apresentados mostram que essas escolas desempenham um papel fundamental na formação inicial das crianças do campo, embora enfrentem desafios decorrentes de políticas de nucleação e do crescimento do agronegócio. Para superar essas barreiras, é crucial que as políticas públicas reconheçam as especificidades do campo e desenvolvam estratégias educacionais que respeitem a diversidade e as necessidades locais.

O Movimento Nacional pela Educação do Campo tem sido uma força vital para a defesa do direito à educação nas áreas rurais. Iniciativas como o PRONERA têm ajudado a abordar questões como analfabetismo e distorção idade-série, ao mesmo tempo em que promovem programas de formação para educadores do campo. No entanto, a complexidade do ambiente rural e a diversidade cultural exigem uma abordagem mais humana e inclusiva, onde a educação do campo não apenas forneça conhecimento, mas também contribua para a preservação da cultura e da história dos povos rurais.

O MST, em sua atuação, representa um movimento orgânico, surgido das próprias demandas do campo, e que entende profundamente a riqueza cultural e a pluralidade do ambiente rural. Ao incentivar a criação de

escolas em assentamentos e acampamentos, e ao estabelecer parcerias com universidades e centros de formação, o movimento oferece um modelo educacional que respeita a realidade do campo e busca capacitar seus habitantes.

Portanto, é fundamental que as instituições de ensino superior ofereçam formação específica para os professores do campo, que reflita as realidades do ambiente rural. Além disso, é necessário incentivar a produção de materiais didáticos e recursos pedagógicos que contemplem as particularidades do campo e promovam o conhecimento de maneira contextualizada e relevante para essas comunidades. A luta por uma educação que respeite a diversidade e a complexidade do campo deve
continuar, pois ela é essencial para a construção de um futuro em que as comunidades rurais possam prosperar sem perder sua identidade única.

Com uma abordagem sensível às peculiaridades do campo, será possível garantir uma educação que valorize e celebre a riqueza das comunidades rurais, promovendo um desenvolvimento mais sustentável e equitativo. É necessário um esforço conjunto entre movimentos sociais, instituições educacionais, governo e sociedade para criar uma estrutura educacional que não apenas eduque, mas que também preserve a cultura e o modo de vida dos habitantes do campo, dando-lhes as ferramentas para um futuro de autonomia e dignidade. Assim, a educação no campo pode se tornar um agente de transformação, promovendo justiça social e um desenvolvimento que respeite a diversidade do Brasil rural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010. Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

BRASIL, MEC/INEP/Deed. Censo Escolar de 2012. Instituto de Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, 2012.

BRASIL. Resolução CNE nº 02, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas de atendimento da Educação Básica do Campo.

BRASIL. Resolução CNE/CEB nº 01, de 03 de Abril de 2002. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

CALDART, R. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, Jorge Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, RoseliSalete. Educação do Campo: identidade e políticas públicas. Brasília: DF, 2002.

FERNANDES, Bernardo Monçano. Educação do campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org.) Educação do campo:
campo, políticas públicas, educação. Brasília: INCRA/MDA, 2008.

HAGE, S. Mufarrej. (2006). A Realidade das Escolas Multisseriadas frente às conquistas na Legislação Educacional. In: Anais da 29ª Reunião Anual da ANPED: Educação, Cultura e Conhecimento na Contemporaneidade:
desafios ecompromissos manifestos. Caxambu: ANPED. CD ROM.

KOLLING, Edgard Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli. (Orgs) Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília/DF:
2002. Coleçãopor uma Educação do Campo, n. 4.

LACERDA Celso Lisboa de; SANTOS, Clarice Aparecida dos. Introdução. In:
SANTOS et al (Orgs). Memória e história do Pronera: contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011.

LEITE, Sérgio Celani. Escola Rural: Urbanização e políticas educacionais. 2 ª edição.São Paulo/SP: Cortez, 2002.

MUNARIM, A. et al (Orgs). Educação do Campo: reflexões e perspectivas.
Florianópolis/SC: Editora Insular, 2010.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. Educação e cultura: as escolas do campo em movimento. Fragmentos de Cultura. Goiânia, v. 16, n. 11/12, nov./dez. 2006. p. 867- 883.

PANTEL, Kamila Farias. Escola Multisseriada Espaço de Relações. 2011. Disponívelem: < http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/>Acesso em: 10 out. 2012, 9h 5 min.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. Retirado do site www. gepec.ufscar.br. acesso em 23 de junho de 2012.

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas/SP: Autores Associados, 2012.